

## **Conjuntura dos Indicadores dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável em relação ao ODS 11- Cidades e Comunidades Sustentáveis**

### **Conjuncture of the Sustainable Development Goals Indicators in relation to the SDG 11- Sustainable Cities and Communities**

DOI:10.34117/bjdv7n12-289

Recebimento dos originais: 12/11/2021

Aceitação para publicação: 09/12/2021

#### **Antonio Armando Cordeiro Fraga**

Mestrando em Gestão do Desenvolvimento Local Sustentável (FCAP/UPE)  
Universidade de Pernambuco – UPE  
Av. Sport Clube do Recife, 252 – Madalena, Recife-PE  
E-mail: armando.cfraga@upe.br

#### **José Luiz Alves**

Doutor em Geografia (UFPE)  
Universidade de Pernambuco – UPE  
Av. Sport Clube do Recife, 252 – Madalena, Recife-PE  
E-mail: luiz.alves@upe.br

#### **RESUMO**

A Transformação global tem início em espaços locais e regionais. Demandas sociais estão em constante ascendência nas relações humanas. O espaço ambiental de sobrevivência das pessoas requer condições estruturantes atreladas ao desenvolvimento coletivo. Em setembro de 2015, a Organização das Nações Unidas pactuou com os países membros um documento denominado de Agenda 2030, onde ficou estabelecido 17 objetivos voltados ao desenvolvimento sustentável, segmentados em 169 metas distribuídas em aspectos humanos, econômicos e sociais. Esta pesquisa objetiva sinalizar o planejamento e a execução/andamento das metas propostas ao objetivo 11, que diz respeito a Cidades e Comunidades Sustentáveis. Como destaque de fundamentação teórica aborda-se termos de Sustentabilidade, Política Pública e Moradia, este último com um indicador de relevância na temática do objetivo em estudo. Adotou-se como procedimentos de metodologia a pesquisa descritiva, na qual é abordado os dados a partir de coleta em banco de informações, que no caso em tela, foram extraídos dados da plataforma eletrônica correspondentes aos ODS, em campo específico para o objetivo 11, tema desta pesquisa. Nos resultados destaca-se que nem todos os indicadores previstos estão com dados disponibilizados. Por fim, a pesquisa demonstra que há dados a serem expostos, que requer uma articulação política direcionada a programas e parcerias de governo e sociedade civil.

**Palavras-chave:** Agenda 2030, Sustentabilidade, Moradia.

#### **ABSTRACT**

Global Transformation begins in local and regional spaces. Social demands are constantly on the rise in human relationships. The environmental space for people's survival requires structural conditions linked to collective development. In September 2015, the United

Nations agreed with member countries a document called the 2030 Agenda, which established 17 goals aimed at sustainable development, segmented into 169 goals distributed in human, economic and social aspects. This research aims to signal the planning and execution/progress of the goals proposed for objective 11, which concerns Sustainable Cities and Communities. As a highlight of the theoretical foundation, the terms of Sustainability, Public Policy and Housing are addressed, the latter with an indicator of relevance in the subject of the objective under study. Descriptive research was adopted as methodological procedures, in which data from collection in a database is addressed, in this case, data were extracted from the electronic platform corresponding to the SDGs, in a specific field for objective 11, theme of this research. In the results, it is highlighted that not all predicted indicators have data available. Finally, the research demonstrates that there is data to be exposed, which requires a political articulation aimed at government and civil society programs and partnerships. data were extracted from the electronic platform corresponding to the SDGs, in a specific field for objective 11, the subject of this research. In the results, it is highlighted that not all predicted indicators have data available. Finally, the research demonstrates that there is data to be exposed, which requires a political articulation aimed at government and civil society programs and partnerships.

**Key-words:** 2030 Agenda, Sustainability, Housing.

## 1 INTRODUÇÃO

O avanço das demandas sociais requer desenvolvimento do meio comunitário em que vivem as pessoas. A sobrevivência humana clama por ambientes capazes de atender seus propósitos. Visto isso, não se pode distanciar das condições de sustentabilidade praticadas nas cidades. A sociedade civil, instituições de mercado, a academia e os grupos sociais, no mundo, estão em harmonia por uma estrutura de excelência nas condições humanas e ambientais.

Diante das necessidades de desempenho e de mudanças comportamentais, os países membros das Organizações das Nações Unidas (ONU) propuseram, em setembro de 2015, um documento técnico com base no desenvolvimento sustentáveis de suas sociedades. Baseado neste ato, formulou-se um título “Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”, a partir deste fato estipulou-se uma estrutura de ações, com temáticas e áreas a serem atingidas. Surgindo cinco eixos de atuação: Paz, Pessoas, Planeta, Prosperidade e Parcerias. Na Agenda 2030, constituiu-se uma declaração, em 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), segregando se

em 169 metas, com instrumentos e meios de implementação e de parcerias mundiais, com dados para monitoramento.

Dentre os 17 ODS, propostos pela ONU em 2015, há o objetivo nº 11, que tem como temática: Cidades e Comunidades Sustentáveis. E como abordagem, tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (ONU, 2015). Logo, esta pesquisa se propõe a sinalizar: quais as metas pactuadas correspondentes ao ODS 11, no Brasil?

Em resposta a problemática pontuada, este artigo tem como objetivo geral pontuar as metas de planejamento e de execução das ações, para se atingir os objetivos correspondentes ao ODS 11. Como objetivos específicos esta pesquisa se voltou para: relacionar a funcionalidade das políticas públicas; demonstrar as fases de andamento da praticabilidade das metas estabelecidas, com extração de dados disponibilizados na plataforma eletrônica dos ODS.

Quando se fala sobre sustentabilidade, há uma ampla relação entre as formatações de cidades e comunidades. Têm-se práticas governamentais que refletem o desempenho humano e social das pessoas. O cotidiano é impactado pelos acessos que as pessoas devem ter, em suas sobrevivências. Sendo assim, é preciso demonstrar o andamento dos acessos que a comunidade precisa para realizar as suas fases de vida. Além do fator sentimental, há aspectos de caráter material que contribuem para o desenvolvimento comportamental. Por isso, esta pesquisa busca apontar o andamento das ações pactuadas para com o ODS11, uma vez que toda política pública requer um constante monitoramento, a fim de executar ferramentas e adaptações para o alcance dos objetivos propostos, ou ainda ajustar a metodologia aplicada nas execuções.

O trabalho está estruturado de forma que: nesta seção é apresentado a contextualização da temática, com o problema de pesquisa e os objetivos a ser sinalizados na pesquisa. Na segunda seção é apresentado o embasamento teórico da temática, sobre a Agenda 2030 e sustentabilidade em habitação. Na sequência apontou-se o roteiro metodológico; subsequentemente estão relatados os indicadores executados relativos à meta 11, com dados qualitativos. E por fim, a conclusão sobre a abordagem realizada.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Considerando que a missão de uma organização é voltada para um resultado de impacto institucional. Tendo a ONU, uma entidade de cunho internacional, com aspectos de interesse coletivo e humanitário, pode-se indicar os Objetivos para o Desenvolvimento

Sustentável (ODS), como uma louvável estratégia de efetividade mundial. Nestes objetivos são traçados pontos específicos que remetem a atitudes, bem como elaboração e realização de programa de políticas públicas voltadas para demanda comunitárias, e com foco peculiar nos propósitos de cada país.

Especificamente no Brasil, que é dimensionamento deste artigo, há dados mercadológico e sociais advindos da interferência político do Estado, ou da falta dela. Se apegando ao ODS 11, enquanto ações pactuadas para os entes federativos brasileiros, demanda uma forte harmonia na construção e na articulação das políticas públicas. Contudo, não dispensa a participação social, pois são estas pessoas as mais interessadas nos impactos que estas metas conseguem atingir.

Partindo deste pressuposto, comunga-se com o pensamento de Oliveira e Ramos (2018), onde para eles a execução do desenvolvimento nacional, setorial e até sustentável, é um propósito a ser alcançado, em harmonia pelos entes do Brasil, com participação de organizações privadas e da sociedade. Os citados autores, entendem que o termo “sustentabilidade” não se destina especialmente ao fato do meio ambiente, mas sim, a fatores de desempenho econômico e equivalência social.

## 2.1 POLÍTICA PÚBLICA E A ONU

Segundo Bittencourt (2014), a expressão sustentabilidade tornou-se um componente essencial de desenvolvimento relativo à qualidade de vida de uma sociedade. Vem de um apelo ambiental em meados do século XX, onde o conceito fora enganosamente vinculado à proteção ambiental. A ideia de desenvolvimento sustentável surge em 1972, através da Conferência de Estocolmo. Sendo o termo difundido no Relatório Brundtland, de 1987, expedido pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. E ainda que, o desenvolvimento sustentável tem como ponto de partida o estabelecimento de políticas públicas (OLIVEIRA E RAMOS, 2018).

Um dos meios para interpretar as mudanças da agenda científica do desenvolvimento, em relação às questões ambientais, passam por discussões internacionais. O que faz surgir as políticas públicas, vem do pressuposto da combinação de problemas, soluções e conjunturas políticas. Há um aparato de conexão entre o debate acadêmico, com participação de agentes e instituições, focando em ideologias, e ainda com a necessidade da ação por parte do Estado (ALVES E FERNANDES, 2020).

Para Inácio *et al.* (2013), em aspecto global, as políticas tendem a influenciar no espaço geográfico, em reconhecimento ao desenvolvimento do ambiente, em cada ação

realizada. Os autores, contribuem para uma interpretação de que uma gestão é envolvida por relações econômicas, políticas e sociais. A supremacia política se apropria de setores ideológicos com o intuito de controle político. E o Estado, acaba sendo um aparelho de menção a fatores a serem aplicados na decisão de desenvolvimento.

Como premissa no Estado Brasileiro, o desenvolvimento sustentável expresso na Constituição Federal introduz um conjunto de normativas voltadas para a garantia de direitos sociais, com liberdade e desempenho coletivo. Diante disto, é preciso destacar que perspectivas contemporâneas tendem a impulsionar políticas locais. Em busca de influenciar o desenvolvimento do ambiente nas ações realizadas.

Trazendo para o campo mundial, os ODS advêm da pactuação da Agenda 2030, estabelecida em setembro de 2015 por 193 Estados Membros da ONU. Como resultado tem um processo internacional e participativo. Vários agentes estão envolvidos, desde governos, sociedade civil e institutos de pesquisa. a execução mundial inicia em janeiro de 2016, em continuidade à Agenda de Desenvolvimento do Milênio (2000-2015), contemplando desenvolvimentos sociais e econômicos, em relações inclusivas e ambientais. (ODS-BRASIL, 2015).

Assim, recorte a ação realizada pela Agenda 2030, resultou-se em um Plano de Ação Universal, com uma composição de 04 (quatro) componentes: declaração, objetivos de desenvolvimento sustentável, acompanhamento e avaliação da Agenda 2030 e por fim, a Implementação. Conforme plataforma dos ODS Brasil, na Declaração há um conjunto de estruturas qualitativas voltadas à cobertura de demandas sociais, buscando a independência do Estado com atribuição de compromissos de cooperação coletiva. Os ODS, formados por objetivos e metas com abrangência em segmentos de desenvolvimento e com políticas públicas incorporadas em práticas governamentais. Ainda, o monitoramento da Agenda 2030, processo de análise dos indicadores e de execuções em diversos níveis. E a Implementação, formas e métodos para aplicação dos ODS, com harmonia e integração entre os setores, com ações e estratégias relevantes.

## **2.2 MORADIA E SUSTENTABILIDADE**

Adotando-se o ODS 11, que trata sobre a intenção de tornar as cidades e comunidades em função de inclusão, segurança e sustentabilidade, almeja com isso executar uma política global para assentamentos urbanos com perspectivas ecológicas, econômicas e sociais. A base primária para este ODS é focada em moradia, configurada em meta, que envolve indicador para aferir o nível de acesso da população à habitação.

Considerando que grande parte da população vive em centros urbanos, não se pode deixar de pensar em programas de governo, com planejamentos voltados a garantia a uma moradia.

Na ideia de integrar um conglomerado de ecossistemas, em torno das cidades, e com base em dados que apontam para a duplicação da população que vivem na área urbana, é preciso perceber que surgirá impactos humanos e de meio ambiente, com todo este avanço. E que mesmo com todo este dado não se percebe a garantia efetiva a uma moradia, em destaque em diversas regiões do Brasil, onde há uma problematização a ser solucionada. (WALDMAN E SAMPAIO, 2019).

Relacionando as características para uma moradia classificada como adequada, precisa-se integrar com termos sociais e ambientais, além de caráter de economia. Logo, conforme citados por Waldman e Sampaio (2019) e estabelecidos na Conferência do Habitat III, há 07 (sete) pontos sobre a moradia: segurança na posse; acesso aos serviços e infraestrutura; custo acessível; acessibilidade; habitabilidade; localização e aspecto cultural. Sendo uma premissa de que a sustentabilidade é essencial ao equilíbrio entre os ambientes.

Neste ponto ainda, pode-se destacar a presença do termo assentamentos, com falta de formalidade na garantia da posse. Decorrente de políticas públicas vulneráveis e a atenuada qualidade de vida dos habitantes. Quando se trata de assentamentos, visualiza-se uma estrutural carente de planejamento e de gerenciamento de áreas urbanas. O que ocasiona na prática atividades de ocupações inadequadas e com devastação ao meio ambiente. Os grupos sociais, dentro de seus aspectos precisam se articular contra o sistema estatal, em busca de angariar o acesso ao direito habitacional. Visto isso, é interessante a aplicação de políticas que incluam a participação dos agentes diretamente envolvidos.

Com base ainda, na ideia proposta por Waldman e Sampaio (2019), e conforme menção na ODS 11, as gestões locais poderão delimitar propostas voltadas para controle dos efeitos climáticos, com o acesso à moradia adequada, com a relocação de pessoas que vivem em locais de risco. Comungando dos autores neste parágrafo citados, percebe-se a importância e a necessidade do planejamento urbano, seja como fator de desenvolvimento e das condições climáticas, como a poluição de interferência externa. O ODS 11 estimula compromissos universais, com projeções para cidades inclusivas, seguras e sustentáveis.

O fator sustentabilidade é correlacionado com a ideia de desempenho e conquista, atrelada com aspectos práticos secundários que contribuem diretamente para a base do



desenvolvimento humano e social. A garantia habitacional é algo que se precisa de discussões, planejamento e avanço pelos governos locais e nacional, no intuito de preparar uma sociedade para angariar condições através de programas governamentais de acesso coletivo.

### 3 METODOLOGIA

A presente pesquisa se caracteriza quanto a natureza, objetivo e abordagem da seguinte forma: conforme a natureza é aplicada, pois está sendo relacionada a solucionar problemas de uma realidade. Quanto ao objetivo, a pesquisa é do tipo descritiva, logo tem como finalidade a descrição de um determinado fenômeno, sem alterá-lo, por meio da observação. Ainda, a pesquisa teve como abordagem a classificação qualitativa, onde interligou-se aspectos de objetivo e subjetividade de fenômenos. E, por fim, quanto aos procedimentos metodológicos utilizados classifica-se como pesquisa bibliográfica e documental, sendo coletados dados primários e demonstrados, tomando como base Gil (2008), Cervo *et al.* (2007), Miguel (2018) e Yin (2015).

Para execução das etapas do trabalho, a metodologia focou na extração de dados disponibilizados na plataforma eletrônica dos ODS, indicadores brasileiros, mantido pelo governo do Brasil. As informações apresentadas referem-se aos dados expostos no banco de dados. Conforme mensagem exposta no sítio eletrônico, ele é operacionalizado em conjunto com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e pela Secretaria Especial de Articulação Social do governo federal. Como componente estrutural, este estudo se deu em duas faces: a primeira pela pesquisa bibliográfica e no sítio eletrônico do governo do Brasil sobre a pactuação da Agenda 2030/ONU, com os conceitos relevantes para a temática abordada; e no segundo momento pela coleta e visualização das metas e suas 04 (quatro) fases estabelecidas para o seu devido cumprimento. Então, a distribuição das metas divididas para o ODS 11, foram 07 (sete) detalhamentos iniciais, com 03 (três) pontos inclusos, denominados em “a”, “b” e “c”.

Seguindo a estrutura demonstrada na base de dados para os ODS, especialmente, no ODS 11, há 07 (sete) subitem com relação ao objetivo geral para a temática de cidades e comunidades sustentáveis. E ainda, em cada um dos subitens estipulados há pelo menos mais um nível de detalhamento como formato de apresentação dos dados, que porventura já tenha informações disponível até a data da coleta realizada. Em cada campo passível de extração de dados, serão analisadas/observadas as características quantitativas e demonstrados no tópico dos resultados deste artigo, considerando que os montantes aqui

expostos se tratarão a média nacional, já que o foco amplo será os termos em número nacional, apesar de na plataforma, em alguns subitens há dados por Estados da federação. Mas o objetivo é sinalizar em relação ao Brasil, em média nacional. Em conjunto com a coleta realizada, serão apontadas as expressões qualitativas abordadas em cada detalhamento da meta 11.

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Discorrendo sobre a temática dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e com enfoque no ODS 11, que tem como tema Cidades e Comunidades Sustentáveis, em seu foco de tornar as cidades e assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Observa-se aqui que a meta prevista é de acessibilidade à moradia, contendo características sociais, econômicas e também de sustentabilidade. Conforme preconizado pela ONU, através da Agenda 2030, a estruturação deste objetivo está distribuída, no âmbito do Brasil, em 07 metas sintéticas, contendo cada uma destas metas, uma ou duas submeta(s). Além de mais 03 metas estabelecidas por letras, o que configura em “a”, “b” e “c”.

Serão expostas, em íntegra, as expressões estabelecidas em cada meta deste ODS, e as subdivisões para estas metas, que são denominadas de Indicadores, contudo, conforme tabela abaixo, com dados extraídos da plataforma dos ODS Brasil, apresentam-se as metas do ODS 11:

Tabela 01 – Metas ODS 11

	Meta
11.1	Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas
11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres, crianças, pessoas com deficiência e idosos
11.3	Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países
11.4	Fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o patrimônio cultural e natural do mundo
11.5	Até 2030, reduzir significativamente o número de mortes e o número de pessoas afetadas por catástrofes e substancialmente diminuir as perdas econômicas diretas causadas por elas em relação ao produto interno bruto global, incluindo os desastres relacionados à água, com o foco em proteger os pobres e as pessoas em situação de vulnerabilidade
11.6	Até 2030, reduzir o impacto ambiental negativo per capita das cidades, inclusive prestando especial atenção à qualidade do ar, gestão de resíduos municipais e outros
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência
11.a	Apoiar relações econômicas, sociais e ambientais positivas entre áreas urbanas, peri-urbanas e rurais, reforçando o planejamento nacional e regional de desenvolvimento



11.b	Até 2020, aumentar substancialmente o número de cidades e assentamentos humanos adotando e implementando políticas e planos integrados para a inclusão, a eficiência dos recursos, mitigação e adaptação às mudanças climáticas, a resiliência a desastres; e desenvolver e implementar, de acordo com o Marco de Sendai para a Redução do Risco de Desastres 2015-2030, o <u>gerenciamento holístico do risco de desastres em todos os níveis</u>
11.c	Apoiar os países menos desenvolvidos, inclusive por meio de assistência técnica e financeira, para <u>construções sustentáveis e resilientes, utilizando materiais locais</u>

Fonte: Dados extraídos do sítio eletrônico dos ODS Brasil, e tabelados pelos autores

Numa primeira análise é interessante sinalizar que o prazo final para se atingir as metas estabelecidas está datada de 2030. Por isso boa parte das metas expressa este ano. Entretanto, nada impede que estas metas possam ser alcançadas antes do prazo final.

As metas a pouco citadas são compostos por Ficha Metodológica, segundo termos tratados na plataforma dos ODS Brasil, segmentados em: Objetivo, que nesta pesquisa será o mesmo para todas as metas. Meta, que conforme apresentadas na tabela 01, o ODS 11 estabeleceu 10. Seguindo, tem o Indicador, que remete ao detalhamento de cada meta. Ainda o campo Conceitos e Definições, onde são discorridos termos correspondentes a linguagem do indicador. Fórmula de cálculo e Unidade de medida, referem-se a métodos de coleta dos dados e mensuração para as metas. Variáveis, são parâmetros dos dados coletados, citando a fonte da informação. E também, a periodicidade séria histórica, como ponto no limite temporal. Frisa-se que não é objeto de estudo desta pesquisa, ampliar discussão sobre a formatação dos dados apresentados. O intuito deste preâmbulo foi estruturar a composição do banco de dados para estas metas.

Como formato de acompanhamento das fases de realização das metas pactuadas para os ODS, a plataforma, de maneira sucinta, apresenta em 04 (quatro) etapas ou fases dos dados disponibilizados. Os quais são: 1) Produzido; 2) Em análise/construção; 3) Sem dados e 4) Não se aplica ao Brasil. Apontando as fases das metas do ODS 11, disponibilizados no período de coleta de dados, pode-se afirmar que das 10 metas são se observou nenhuma que não será aplicada ao Brasil. Apenas uma meta está na fase denominada em construção, relativa a redução de impacto ambiental negativo, voltadas aos resíduos sólidos. Neste dado, é relevante destacar a real preocupação que se precisa ter com a disponibilização de dados. E talvez, com a carência de políticas públicas que podem está presente nos entes federativos. Mas, a ideia desta fundamentação é provocar futuras pesquisas sobre o desenrolar deste indicador pelo Brasil. Entre as demais metas há um comportamento nas duas outras fases, ou produzido ou sem dados. Aquela, serão a seguir expostos, considerando seus dados em formato qualitativo. Apresentando os dados e período da produção deles.

Sendo assim, para as metas do ODS 11, este trabalho demonstra os indicadores com seus respectivos dados, em ordem sequencial de cada meta, como está apresentado na tabela 01, e será aqui exposto os dados a nível do Brasil, pois este é o parâmetro proposta na pesquisa:

Em resposta a primeira meta (11.1), que tem como base a garantia do acesso à habitação juntamente com segurança, custo social e com os serviços básicos pertinentes. Destaca-se a proporção da população urbana que vive em assentamentos precários, informais ou domicílios inadequados. Este indicador apresentou um montante de 41,4 %, segundo a fonte do censo demográfico de 2010, considerando uma coleta amostral.

Na meta 11.3 que trata sobre o aumento da urbanização inclusiva e sustentável, com capacidades de planejamento e gestão de assentamentos, há apenas dado para o segundo indicador estabelecido. No caso, o indicador refere-se a proporção de cidades que possuam política de participação direta da sociedade civil no planejamento e gestão urbana de forma regular e democrática. Têm-se neste indicador dois parâmetros, um com relação ao número de municípios com Conselho municipal de política e desenvolvimentos urbanos, com representação paritária, e outro dado em termos percentual, no ente federativo Brasil. Assim sendo, primeiro têm 4.788 municípios sem conselho e 777 com conselho, onde representa 14% do total de 5.565 municípios no país. Estes dados são oriundos do IBGE e do Ministério do Desenvolvimento Regional, e o último ano levantado foi em 2012.

Em continuidade, a meta 11.4, refere-se ao fortalecimento dos esforços para proteção dos patrimônios cultural e natural. Aqui foram apresentados no indicador o valor per capita da despesa aplicada na preservação, proteção e conservação do patrimônio cultural e natural, em cada nível de governo. Para este indicador está exposto na pesquisa o último exercício/ano conforme extraído de fonte de acesso público, pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) e IBGE. Pois bem, em 2019, o valor aplicado em despesas por pessoa em nível municipal foi de R\$ 13,00, estadual, R\$ 3,50 e R\$ 2,30 na esfera federal. A nível de Brasil o montante médio de R\$ 18,80. Segmentado em R\$ 15,70 para a área ambiental e R\$ 3,10 no aspecto histórico, artístico e arqueológico.

Com relação a meta (11.5) de redução significativa no número de mortes e de pessoas afetadas por catástrofes e/ou desastres naturais. Na aferição do número de mortes, pessoas desaparecidas e diretamente afetadas por desastres, na proporção de 100 mil habitantes, tem-se em 2017, um quantitativo de 232,70 pessoas no Brasil.

Dando sequência, na meta 11.a, se pactuou o apoio nas relações econômicas, sociais e ambientais, no fator planejamento nacional e regional de desenvolvimento, o país está até 2020, no status de existência de políticas urbanas nacionais ou de planos regionais com responsabilidade de dinâmica populacional, garantia de desenvolvimento territorial equilibrado e com responsabilidade fiscal. Pelo menos é o que aponta o Ministério do Desenvolvimento Regional, através da política nacional.

Nos últimos dois indicadores da meta 11.b, a qual aborda o aumento do número de cidades e assentamentos humanos, que implementam políticas e planos integrados para inclusão, eficiência de recursos e adaptações às mudanças climáticas, em acordo ao gerenciamento do risco de desastres em todos os níveis. Para encerrar as extrações de dados sobre os indicadores, primeiro tem a situação de positividade pelas existências de países que adotam estratégias nacionais de redução de risco de desastres em consonância com o “Marco de Sendai” para a redução de Risco de Desastres 2015-2030. Já como indicador correspondente a proporção de governos locais que implementar ações locais para redução de riscos de desastres, em pactuação de 2017 há um percentual de 33,80 no país.

As metas e seus indicadores que por ventura não foram aqui apresentados dados, diz respeito a ausência de informação na plataforma até o período dedicado a coleta. Ainda os dados expostos neste trabalho são oriundos do site dos ODS Brasil, que por sua vez é gerenciado pelo IBGE e pela Secretaria Especial de Articulação Social.

Considerando a ainda carência de informações para as demais metas, e uma necessidade de atualização dos dados expostos até então. Pois este objetivo tem um cunho comunitário muito expressivo, e o indicador-base tem relevância na relação com a sustentabilidade, que conforme a fundamentação teórica pode-se destacar pensamentos e compreender que fatores externos ao termo “moradia” estão as consequências advindas das políticas públicas. E que se percebe nos indicadores pontuados são dados preocupantes, e ao mesmo que estimula outros horizontes para pesquisa mais detalhadas, procurando explicar métodos e ações práticas para solucionar a meta pactuada até o prazo.

## 5 CONCLUSÃO

Esta pesquisa demonstrou as metas pactuadas na Agenda 2030, com relação ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável – ODS 11, voltados para as cidades e assentamentos sustentáveis, a ser executadas pelo Brasil. Concentrou no objetivo de expor as 10 metas, enquanto planejamento. E apontar os seus indicadores

correspondentes, que até o encerramento da pesquisa tiveram dados apresentados na base de dados coletada. A ideia da seção resultados foi tornar conhecida as metas que compõem o ODS 11, dando possibilidade de apresentar os propósitos necessários para garantir acessibilidade e sustentabilidade no parâmetro de cidades e comunidades, no âmbito nacional. Buscou-se com este trabalho monitorar os indicadores já aferidos e com informações de ações realizadas, e como se comportou em termos quantitativos e de status.

Dentre as todas as 10 metas pactuadas percebe-se estruturas de políticas públicas que deverão ser realizadas para que o país possa atingir os acordos pactuados junto à ONU, na construção do desenvolvimento local e nacional, consolidando numa visão global. Como sinalizado na seção de resultados, há muitos indicadores a serem executados e/ou expostos os dados de realização das políticas. E ainda, conclui-se que boa parte dos dados extraídos são de períodos não tão recentes. O que pode ocasionar uma demonstração no prazo final para 2030, de execuções passadas, e não condizer com a realidade atual. Sugere-se que haja elaboração junto à sociedade civil e aos governos locais e nacional uma interação para formatação de estratégias práticas para aferir e dimensionar as fases de execução das políticas públicas, junto às metas pactuadas. A fim de contribuir com a ciência, fica como motivação, pesquisas futuras de temáticas voltadas para os demais ODS e suas integrações com o lema das cidades sustentáveis, como garantia para a sobrevivência humana, digna e social.

## REFERÊNCIAS

ALVES, E. E. C.; FERNANDES, I. F. A. L. Objetivos do desenvolvimento sustentável: uma transformação no debate científico do desenvolvimento? *Journal of global studies*, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/>. Acesso em: 19 out. de 2021.

CERVO, A., BERVIAN, P., SILVA, R. Metodologia científica: Pearson Prentice Hall, 2007

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social: Atlas, 2008.

INÁCIO, R.O. *et al.* Desenvolvimento Regional Sustentável abordagens para um novo paradigma. Editora Unijuí, ano 11, nº 24, set./dez. 2013.

MIGUEL, P. A. C. Metodologia de Pesquisa em Engenharia de Produção e Gestão de Operações: Elsevier, 2018.

ODS Brasil. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis-ODS 11. (2015). Disponível em: <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=11>. Acesso em: 01 set. de 2021.

OLIVEIRA, M.L.; RAMOS, V. D.A. Cluster – Arranjo produtivo local – como instrumento para o desenvolvimento sustentável. *Quaestio Iuris* vol. 11, nº. 04, Rio de Janeiro, 2018. pp. 3352-3370. Disponível em: DOI: 10.12957/rqi.2018.35102. Acesso em 19 out. de 2021.

ONU. Organização das Nações Unidas. Agenda 2030. Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (2015). Disponível em: <http://www.agenda2030.org.br/>. Acesso em: 17 set. de 2021.

WALDMAN, R. L.; SAMPAIO, V.B. O direito à moradia adequada à luz do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais: uma discussão a partir das perspectivas do ODS n. 11 e da Habitat III 3. Artigo The right to adequate housing in the light of the International Covenant on Economic, Social and Cultural Rights: a discussion from the perspectives of ODS n. 11 and the new urban agenda.: *Revista Direito Ambiental e sociedade*, v. 9, n. 1, jan./abr. 2019 (p. 59-85). Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/>. Acesso em: 19 out. de 2021.

Yin, R. K. Estudo de Caso: planejamento e métodos: Bookman, 2015.